



DINÂMICAS TERRITORIAIS DA POPULAÇÃO NA REGIÃO SUL

Rosa Moura

Geógrafa, pesquisadora do IPARDES
E-mail: rosamoura@ipardes.pr.gov.br

Nelson Ari Cardoso

Sociólogo, pesquisador do IPARDES
E-mail: nelsoncardoso@ipardes.pr.gov.br

Anael Cintra

Engenheiro agrônomo, pesquisador do IPARDES
E-mail: anaecintra@ipardes.pr.gov.br

Resumo: Por meio da leitura das dinâmicas territoriais das últimas décadas nos municípios e UFs da Região Sul, este artigo discorre sobre a consolidação e expansão das aglomerações urbanas sulinas, e o processo de interiorização do crescimento populacional. Detém-se na análise do comportamento das Áreas de Concentração de População (ACPs), em sua participação nas respectivas UFs, e dos municípios sulinos não inseridos em ACPs, segundo estratos de tamanho, inserção em unidades institucionalizadas e condição de centralidade urbana. Analisa também possíveis relações entre crescimento e distribuição da população e participação do município no total do PIB das três UFs. Conclui apontando as principais características que generalizam ou singularizam a Região Sul no contexto das dinâmicas populacionais do território brasileiro.

Palavras-chave: Região Sul. Urbanização. Metropolização. Distribuição populacional. Concentração de riqueza.

INTRODUÇÃO

Em Nota Técnica divulgada pelo IPARDES (MOURA; CINTRA, 2011), foram apresentadas análises dos resultados do universo do Censo Demográfico de 2010 para o Brasil, que versaram sobre a distribuição e o crescimento população, e apontaram as principais tendências de seus movimentos no território. Tais análises consideraram dois recortes espaciais distintos, porém articulados: o das Áreas de Concentração de População (ACPs), que são unidades de pesquisa em uso pelo IBGE e que correspondem às principais aglomerações urbanas identificadas em território nacional; e o recorte referente aos municípios não integrados em ACPs.

Este artigo parte das principais conclusões desse trabalho e se embrenha em uma leitura mais particularizada das UFs da Região Sul. Busca destacar as particularidades regionais ante os processos mais abrangentes de ordem nacional e levanta indagações sobre os processos regionais. Para tanto, o texto estrutura-se em uma síntese da análise da consolidação e expansão das aglomerações urbanas no Brasil, seguida de outra síntese acerca do processo de interiorização do crescimento populacional, ambas extraídas da referida Nota Técnica. Na sequência, detém-se na análise do comportamento das ACPs, em sua participação nas UFs sulinas, e dos municípios sulinos não inseridos em ACPs, doravante chamados “demais municípios”,¹ segundo estratos de tamanho, inserção em unidades institucionalizadas – Regiões Metropolitanas (RMs) e Aglomerações Urbanas (AUs) – e condição de centralidade urbana, segundo o estudo Regiões de Influência das Cidades, REGIC 2007 (IBGE, 2008). Analisa também possíveis relações entre crescimento e distribuição da população, e participação do município no total do Produto Interno Bruto (PIB) das três UFs, considerado como PIB regional. Conclui apontando as principais características que generalizam ou singularizam a Região Sul no contexto das dinâmicas da população no território brasileiro.

1 UM BRASIL URBANO E CONCENTRADO, COM POUCOS INDICATIVOS DE DISPERSÃO

A análise realizada (MOURA; CINTRA, 2011), individualizando as Áreas de Concentração da População e os “demais municípios” brasileiros, aponta dinâmicas complexas em ambos os recortes. No primeiro, evidencia que o fenômeno da aglomeração urbana se manifesta em todo o território nacional, em diferentes escalas, fortemente associado ao município da sede administrativa das UFs, em alguns casos, articulando-a especialmente a outras ACPs, dando origem a arranjos espaciais de maior complexidade.

¹ Municípios que apresentam a mesma condição de não estarem inseridos em ACPs, e que não configuram um agrupamento por semelhança, continuidade territorial ou articulação entre si.

As aglomerações, particularmente as de natureza metropolitana, respondem pela absorção de quase metade da população total brasileira (48%) e mais da metade da população urbana (55,3%), em um total de 337 municípios que se inserem nas 46 ACPs/subACPs identificadas pelo IBGE. Tal participação vem crescendo nas últimas décadas, pois em 1991 correspondia a 45,6% da população total do país. Essas também são as áreas com as mais elevadas taxas de crescimento da população no período 2000-2010: 1,30% a.a. para o conjunto de municípios inseridos em ACPs, enquanto para o conjunto dos demais municípios a taxa é de 1,05% a.a.

Como observa o trabalho, é certo que as taxas de crescimento populacional declinaram generalizadamente nas últimas décadas. Mesmo assim, a considerar as bases populacionais bastante elevadas e a redução da fecundidade nessas áreas, pode-se dizer que continuam expressivas. Exceto as ACPs de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, entre as metropolitanas, todas as demais ganharam participação no total da população e vêm crescendo a taxas superiores à da média do conjunto. Contrariamente, a participação da população urbana dos municípios não inseridos em ACPs vem crescendo no total da população urbana do Brasil, saltando de 42,9%, em 1991, para 44,7% em 2010. Isso mostra que, ao mesmo tempo que se mantém o padrão concentrador da população total nas ACPs, o crescimento da população urbana se dá generalizadamente entre os demais municípios brasileiros.

O crescimento que permanece e se amplia territorialmente nas ACPs, incorporando municípios vizinhos não inseridos nas mesmas, acompanha tentacularmente eixos viários – certamente juntando em manchas contínuas condomínios horizontais residenciais ou empresariais, ocupações periféricas pobres, plantas industriais, comerciais e de serviços, entre outras ocupações. Isso ocorre nas aglomerações metropolitanas, mas também em aglomerações situadas em arranjos espaciais não metropolitanos.

Entre os municípios não inseridos em ACPs, as novas áreas em elevado crescimento ocorrem em grande escala em regiões de expansão da fronteira econômica: agronegócio, mineração ou grandes projetos de infraestrutura, incidentes nas regiões Norte, particularmente Pará, mas também Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Tocantins; Centro-Oeste, fundamentalmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Nordeste, neste caso, fortemente centrados no Maranhão. Nessas regiões, também se encontra a maioria dos municípios recentemente criados e com crescimento superior à média dos demais municípios, apontando para áreas em franca transformação.

O trabalho registra que nesse conjunto de municípios com elevado crescimento e não inseridos em ACPs, além dos situados em unidades institucionalizadas, outro grande número, disperso em todo o território nacional, corresponde a centralidades classificadas pelo REGIC 2007 como Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais e Centros de Zona, o que sugere que a centralidade urbana e a proximidade a aglomerações seguem influenciando o crescimento populacional. Destaca, entre aqueles classificados como Centros Locais e alguns municípios não classificados pelo REGIC 2007, que também

se encontram na condição de elevado crescimento, o papel de intermediação regional que assumem em determinadas porções do território, menos densas e menos fragmentadas, reforçando e ampliando a rede de centros como nós da rede urbana nacional.

Em qualquer dos recortes analisados, o trabalho enfatiza que as dinâmicas diferenciadas das aglomerações e de novas porções do território, por envolverem atração populacional, conseqüentemente, geram demandas para novas funções. No caso das aglomerações, as políticas de institucionalização de unidades regionais para tratamento das funções públicas de interesse comum ainda não demonstraram a eficácia requerida; no caso dos demais municípios, nem todos se encontram preparados, em suas estruturas administrativas, para essas transformações. Dessa forma, o trabalho salienta os desafios que se colocam para garantir a gestão compartilhada, adequação de políticas públicas e qualificação para a administração municipal.

2 URBANIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO INCONCLUSAS NA REGIÃO SUL

2.1 ACPS SULINAS: VETOR DE CONCENTRAÇÃO

A Região Sul reproduz em menor escala o padrão nacional de distribuição e crescimento da população, com concentração nas ACPs, porém com elevada distribuição entre os demais municípios. Na região, oito aglomerações urbanas cumprem os requisitos do IBGE e foram definidas como ACPs: Curitiba, Londrina e Maringá, no Paraná; Florianópolis e Joinville, em Santa Catarina; Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas-Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A ACP de Porto Alegre se subdivide em duas subACPs, Porto Alegre e Novo Hamburgo-São Leopoldo (mapa 1).

Essas unidades abrigam em 65 municípios, ou 5,5% do total de municípios da Região Sul, 10.545.009 habitantes em 2010, o que corresponde a 38,5% da população sulina (tabela 1). As ACPs de Curitiba e Porto Alegre são as únicas que participam com mais de 10% no total da população da região, respectivamente, 10,9% e 13,4% (sendo 10 pontos percentuais decorrentes da subACP de Porto Alegre), e com mais de 1% no total da população brasileira em 2010, respectivamente, 1,6% e 1,9%.

As ACPs sulinas distribuem-se ao longo da linha da costa, algumas no litoral, outras a uma distância de aproximadamente 120 km dessa linha (ver mapa 1). Compõem, com outras aglomerações de menor porte, um *continuum* urbano que se estende da aglomeração metropolitana de Curitiba até a de Porto Alegre (IPARDES, 2000). Esse *continuum* responde pelas principais atividades geradoras de renda na região, como mostra a participação no PIB regional, pautadas na indústria e serviços, acompanhando o traçado das rodovias que conectam o Sudeste ao Sul e aos países do Mercosul. Nessa porção do território, incidiram majoritariamente os investimentos do período desenvolvimentista dos anos 70, dispostos, além das rodovias, em refinarias, portos e outras infraestruturas de grande porte, assim como os investimentos atraídos com a inserção do país na economia globalizada, dos anos 90 até o período atual.

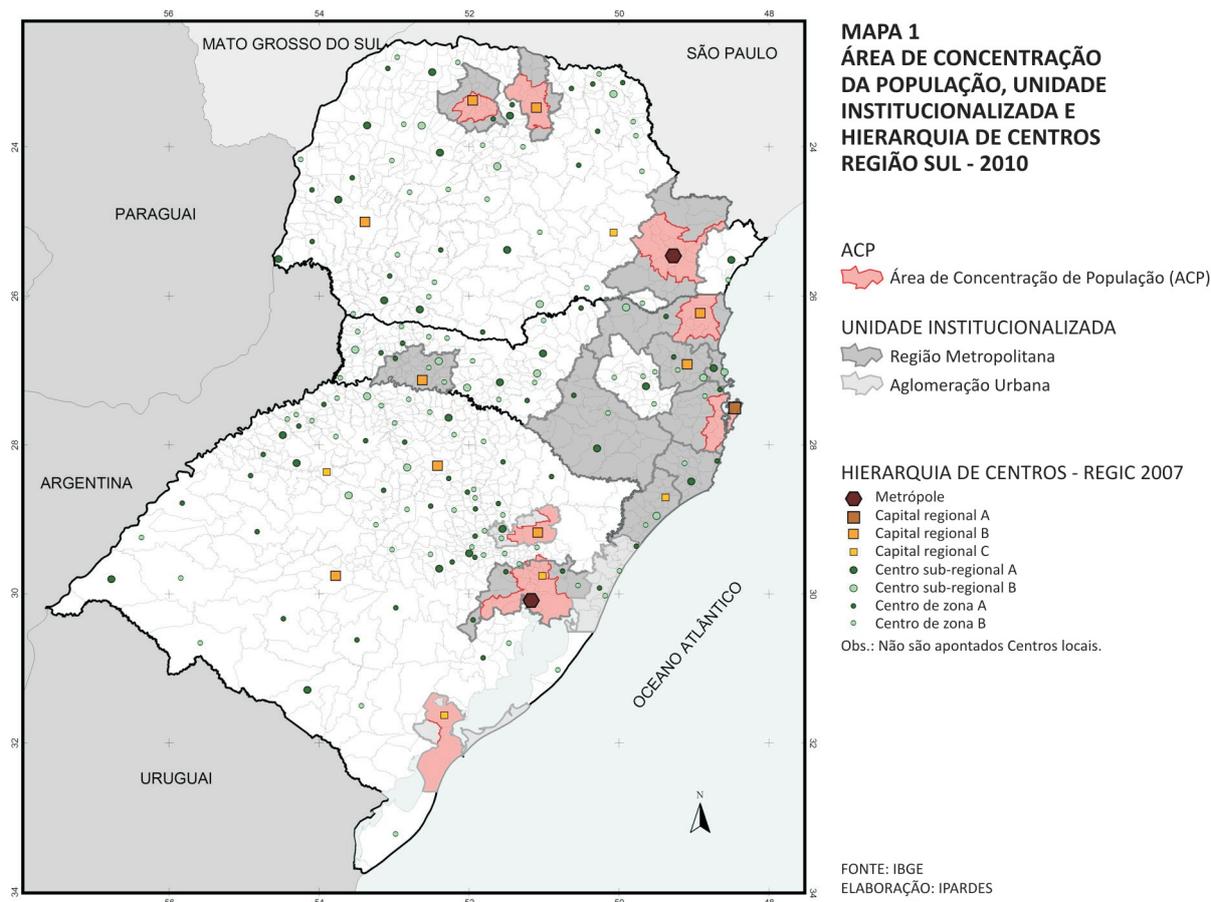


TABELA 1 - MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO 2010 E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO DA REGIÃO SUL - ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS

UNIDADE	MUN.	POPULAÇÃO TOTAL 2010	% REGIÃO SUL
ACP de Caxias do Sul	2	499.199	1,82
ACP de Curitiba	14	2.993.678	10,93
ACP de Florianópolis	7	866.098	3,16
ACP de Joinville	6	748.470	2,73
ACP de Londrina	4	709.494	2,59
ACP de Maringá	6	546.408	2,00
ACP de Pelotas - Rio Grande	2	525.503	1,92
ACP de Porto Alegre	24	3.656.159	13,35
SubACP de Porto Alegre	12	2.919.754	10,66
SubACP N.Hamburgo-São Leopoldo	12	736.405	2,69
Total ACPs sulinas	65	10.545.009	38,50
Demais municípios	1.123	16.841.882	61,50
Região Sul	1.188	27.386.891	100,00
ACP/Região Sul (%)	5,47	38,50	-

FONTES: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Nesse *continuum*, localizam-se três arranjos urbano-regionais, ou arranjos espaciais mais complexos (MOURA, 2009), que reproduzem fenômeno também observado entre ACPs de outras UF's. Tais arranjos integram conjuntos de aglomerações e centros urbanos com expressivos fluxos em espacialidades com forte articulação interna. No Sul foram identificados os arranjos urbano-regionais

de Curitiba (articulando a ACP de Curitiba à aglomeração litorânea do Paraná, polarizada por Paranaguá, e à aglomeração de Ponta Grossa); do Leste Catarinense (articulando as ACPs de Joinville e Florianópolis às aglomerações de Itajaí, Blumenau, com vetores para a de Criciúma); e de Porto Alegre (articulando a ACP de Porto Alegre às aglomerações de Caxias do Sul, do Litoral Norte e de Santa Cruz do Sul, entre outras centralidades).

Distantes desse *continuum*, as ACPs de Londrina e Maringá, que se localizam na região Norte Central do Estado do Paraná, configuram um arranjo espacial em continuidade, sem natureza urbano-regional. Representam a evolução de um projeto colonizador que previa a estruturação de uma rede hierarquizada de centros nessa porção do Estado.

2.2 UNIDADES INSTITUCIONALIZADAS: MUITO ALÉM DAS ACPS

Enquanto o IBGE identificou no Sul oito ACPs, que agregam 65 municípios, o conjunto de unidades institucionalizadas até 2010 eleva esse agregado para 281 municípios, distribuídos em 12 Regiões Metropolitanas e 3 Aglomerações Urbanas (quadro 1). Já se divulga a institucionalização, após o Censo de 2010, da RM do Alto Vale do Itajaí, pela Lei Complementar n.º 523, de 17 de dezembro de 2011, que agrega 28 municípios e tem Rio do Sul como município-sede.

QUADRO 1 - UNIDADES REGIONAIS INSTITUCIONALIZADAS ATÉ A DATA DO CENSO 2010 - REGIÃO SUL

UF/UNIDADE	MUNICÍPIOS	ACP
SANTA CATARINA		
RM Carbonífera (Núcleo Metr.)	7	Não
Área Exp. Metr. Carbonífera	18	Não
RM Chapecó (Núcleo Metr.)	16	Não
Área Expansão Metr. Chapecó	9	Não
RM Florianópolis (Núcleo Metr.)	9	Sim
Área Expansão Metr. Florianópolis	13	Sim
RM Foz do Rio Itajaí (Núcleo Metr.)	5	Não
Área Expansão Metr. Foz	4	Não
RM Lages (Núcleo Metr.)	2	Não
Área Expansão Metr. Lages	21	Não
RM Norte/Nordeste Catarin. (Núcleo)	2	Sim
Área Expansão Metr. N/NE	18	Sim
RM Vale do Itajaí (Núcleo Metr.)	5	Não
Área Expansão Metr. Vale do Itajaí	11	Não
RM Tubarão (Núcleo Metr.)	3	Não
Área Expansão Metr. Tubarão	15	Não
PARANÁ		
RM Curitiba (PR)	26	Sim
RM Londrina (PR)	8	Sim
RM Maringá (PR)	13	Sim
RIO GRANDE DO SUL		
RM Porto Alegre (RS)	31	Sim
Aglom. Urbana do Nordeste	10	Sim
Aglom. Urbana do Sul	5	Sim
Aglom. Urbana do Lit. Norte	20	Não
TOTAL	281	

FONTES: Assembleias Legislativas Estaduais e Legislação Federal; IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

As RMs de Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte/Nordeste Catarinense, Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e Tubarão foram reinstituídas pela LC 495, de 26/1/2010. Núcleo Metropolitano e Área de Expansão Metropolitana são categorias específicas da legislação de Santa Catarina.

A criação de mais de uma unidade em uma mesma UF é facultada pelo texto constitucional aos estados federados, obedecendo a três categorias distintas – regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (Art. 25, § 3º da Constituição Federal). Mesmo que não tenham sido definidos critérios para a classificação nessas categorias, a nomenclatura disposta no texto leva a crer que se refiram a unidades sucessivamente polarizadas por metrópoles, aglomerações não metropolitanas e municípios não aglomerados. Tal compreensão foi demonstrada apenas pelo legislador do Rio Grande do Sul; nos demais estados, por inúmeras razões – com forte peso político –, optou-se generalizadamente pela classificação das unidades como metropolitanas, a despeito da natureza do polo da aglomeração, e foram ignoradas as características do fenômeno urbano, quando da delimitação das unidades. No caso sulino, muitas se estendem amplamente, incorporando municípios que possuem ínfima relação com a dinâmica da aglomeração.

O Rio Grande do Sul instituiu apenas uma unidade metropolitana, a de Porto Alegre, exatamente polarizada pela única metrópole identificada no Estado pelo REGIC 2007, e três aglomerações urbanas, todas com um recorte territorial bastante reduzido e próximo ao das respectivas ACPs. Apenas a AU do Litoral Norte, que tem Osório como cidade principal, não é polarizada por uma ACP.

O Paraná instituiu três RMs – embora apenas a de Curitiba tenha natureza metropolitana, segundo o REGIC 2007 –, todas polarizadas por uma ACP, mas com extenso recorte territorial. Extensão que tende a se ampliar, como confirmam os novos municípios inseridos nas unidades paranaenses, aprovados pela Assembléia Legislativa, alguns aguardando sanção do governador. Só na RM de Curitiba, mais três municípios passaram a integrar a unidade: Campo do Tenente, Piên e Rio Negro, sendo o último, parte de uma aglomeração com a cidade catarinense de Mafra. Além dessas, inúmeros projetos de lei tramitam na Assembleia Legislativa, propondo a criação de novas unidades no interior do Estado, todas metropolitanas.

Santa Catarina distingue-se dos dois outros estados do Sul, pois tem instituídas oito RMs. Delas, apenas as de Florianópolis e do Norte/Nordeste são polarizadas por ACPs. Mais que voltada ao planejamento e gestão de funções públicas de interesse comum, como preconiza a lei, a regionalização catarinense expressa uma tentativa a mais na busca do desenvolvimento regional do histórico planejamento do Estado, que elenca alternativas notáveis, mas que pouco contribuíram para romper com as desigualdades do território (SIEBERT, 2010; THEIS *et al.*, 2011). Por mais que Santa Catarina apresente uma rede urbana territorial e funcionalmente melhor distribuída que as demais UFs sulinas, mesmo assim com nítida tendência de concentração populacional na porção leste do Estado, tendo como expoentes a capital Florianópolis e Joinville, seria difícil justificar tão amplo espectro de unidades institucionais e a opção pela categoria “metropolitana”. Diferentemente das unidades criadas no Paraná e no Rio Grande do Sul, as unidades catarinenses se compõem legalmente de um “núcleo” – que nos casos de polarização por ACPs são menores que as mesmas – e uma extensa “área de expansão”.

Estudos sobre os diversos níveis de integração dos municípios dessas unidades em relação ao núcleo efetivamente dinâmico da aglomeração mostram comportamento distinto entre aqueles mais e aqueles menos integrados (RIBEIRO, 2009). Em análise das unidades metropolitanas, observam-se taxas de crescimento mais reduzidas nos polos e nos municípios com níveis baixo e muito baixo de integração, enquanto os níveis alto, muito alto e médio apresentam taxas mais elevadas (SILVA, 2011). Esse comportamento se dá nas unidades institucionalizadas sulinas, em que os três níveis com elevado crescimento correspondem a municípios, em sua maioria, limítrofes aos polos e/ou situados na área de ocupação contínua da aglomeração-núcleo. Frise-se que nas unidades sulinas, comparativamente às demais do país, ainda persiste um crescimento significativo dos polos – salvo Porto Alegre –, e os municípios conformadores de seus aglomerados também estão entre aqueles com maior crescimento. Apenas a RM de Porto Alegre tem crescimento relativamente baixo em todos os níveis de integração.

Há um amplo espectro de comportamentos, mesmo entre unidades de mesma natureza, induzidos por características regionais, internas às UFs, relativas ao estágio e modo de inserção na divisão social do trabalho. Porém, há uma lógica, que se repete em todas as unidades, que impulsiona processos de ocupação, condicionados por investimentos e políticas públicas que oneram o valor da terra e da moradia, e pelas condições sociais dos moradores. A valorização dos polos e o crescimento inconcluso das periferias metropolitanas são percebidos também nas demais aglomerações urbanas, independentemente do porte populacional. Década após década, esse crescimento revela uma expansão física da mancha da aglomeração, atingindo, em alguns casos, municípios muito distantes do núcleo central da aglomeração. Mesmo nesse movimento de expansão, os municípios formadores desse núcleo – com níveis de integração à dinâmica principal mais elevados – ou mais próximos de seus limites, permanecem com expressivo crescimento populacional, o que sinaliza que, no Sul, as aglomerações ao mesmo tempo seguem se densificando e ampliando seu alcance territorial.

2.3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO: NEM TODAS AS UFS SULINAS CONCENTRAM

A Região Sul reúne, em 2010, 27.386.891 habitantes, dos quais 10.545.009 em ACPs (tabela 2). De modo geral, o desempenho das ACPs em relação aos demais municípios é similar ao quadro nacional. Embora a participação regional no total da população brasileira venha decaindo nas últimas décadas – de 15,1%, em 1991, para 14,4% em 2010 –, a participação da população das ACPs sulinas vem crescendo, de 5,2% para 5,5% no mesmo período, enquanto a dos demais municípios decresce de 9,9% para 8,8% (gráfico 1). Tal fato aponta para uma relativa expressividade das dinâmicas das ACPs, que manifestam seu poder de concentração populacional (mapa 2).

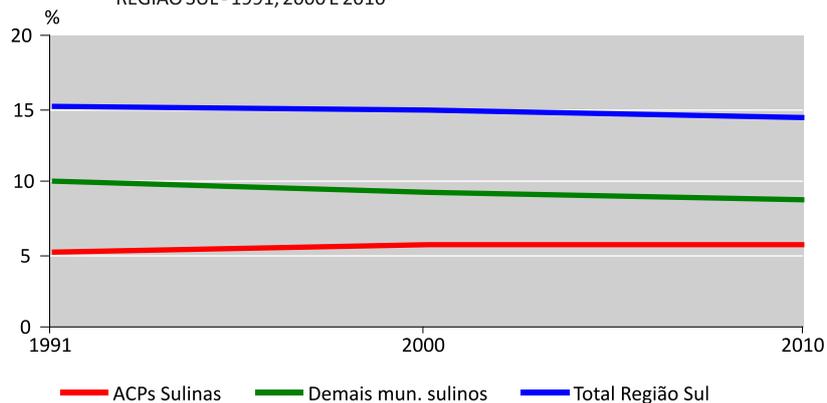
TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO, INCREMENTO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA - REGIÃO SUL, ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS - 1991/2010

POPULAÇÃO	REGIÃO SUL		ACPs		DEMAIS MUNICÍPIOS	
	Abs.	% sobre o Brasil	Abs.	% sobre a Região Sul	Abs.	% sobre a Região Sul
Distribuição						
Total 1991	22.129.377	15,07	7.624.424	34,45	14.504.953	65,55
Total 2000	25.107.616	14,79	9.370.474	37,32	15.737.142	62,68
Total 2010	27.386.891	14,36	10.545.009	38,50	16.841.882	61,50
Urbana 1991	16.403.032	14,78	7.202.910	43,91	9.200.122	56,09
Urbana 2000	20.321.999	14,73	8.929.910	43,94	11.392.089	56,06
Urbana 2010	23.260.896	14,45	10.165.719	43,70	13.095.177	56,30
Incremento						
Total 1991/2000	2.978.239	12,96	1.746.050	58,63	1.232.189	41,37
Total 2000/2010	2.279.275	10,88	1.174.535	51,53	1.104.740	48,47
Urbana 1991/2000	3.918.967	14,53	1.727.000	44,07	2.191.967	55,93
Urbana 2000/2010	2.938.897	12,79	1.235.809	42,05	1.703.088	57,95

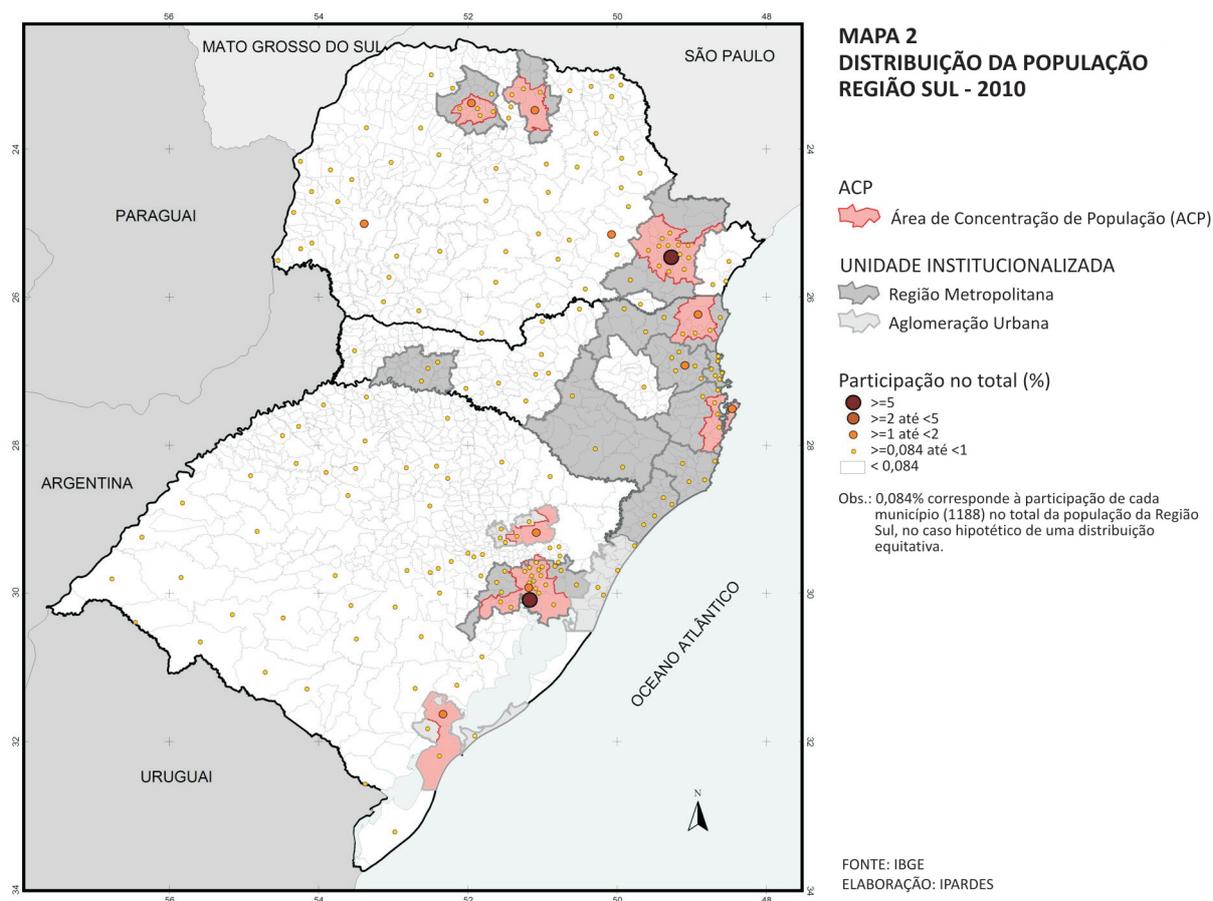
FONTE: IBGE - Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 2010

NOTA: Elaboração do IPARDES.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL - ACPs, DEMAIS MUNICÍPIOS E REGIÃO SUL - 1991, 2000 E 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico



No caso da população urbana, declinam as participações da região e de suas ACPs no total da população urbana brasileira, estas reproduzindo o comportamento nacional (tabela 3); mas decaíram também a participação da população urbana dos demais municípios, de 19,3% para 18,2%, apesar de apresentar pequeno acréscimo no total urbano regional, de 56,1% para 56,3%. Pode-se supor que a vertiginosidade do processo de urbanização das UFs sulinas, particularmente no Paraná e Rio Grande do Sul, em relação à urbanização das demais UFs, tenha atingido um estágio de equilíbrio. Mesmo que os municípios não inseridos em ACPs ainda se encontrem com crescimento da população urbana mais elevado que os inseridos em ACPs na região, esse crescimento é pouco significativo comparativamente aos demais municípios brasileiros. Ainda assim, o grau de urbanização permanece em ascensão, seja nas ACPs (exceto a de Curitiba), que no total atingem 96,4% da população em áreas urbanas no ano de 2010; seja nos demais municípios, que crescem 14,3 pontos percentuais no grau de urbanização entre 1991 e 2010; seja ainda no conjunto da região, cujo acréscimo foi da ordem de 10,8 p.p. Observa-se que tais acréscimos se deram substancialmente entre 1991 e 2000, confirmando a hipótese de que o processo, na última década, tenha entrado em fase de equilíbrio.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA NO TOTAL DA REGIÃO SUL, GRAU DE URBANIZAÇÃO E DIFERENÇA DO GRAU DE URBANIZAÇÃO - ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS - REGIÃO SUL - 1991, 2000 E 2010

UNIDADE	POP. TOTAL/TOTAL REGIÃO SUL (%)			POP. URBANA/URBANA REGIÃO SUL (%)			GRAU DE URBANIZAÇÃO			DIF. GRAU URBAN. 1991-2010
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	
Paraná										
ACP de Curitiba	8,75	10,39	10,93	11,22	12,14	12,23	95,10	94,55	95,05	-0,05
ACP de Londrina	2,45	2,50	2,59	3,05	2,95	2,95	92,01	95,58	96,85	4,84
ACP de Maringá	1,65	1,82	2,00	2,09	2,15	2,28	93,57	96,01	97,08	3,51
Demais	25,33	23,39	22,62	21,43	21,07	20,85	62,73	72,93	78,29	15,56
TOTAL	38,18	38,09	38,14	37,79	38,31	38,32	73,36	81,41	85,33	11,97
Santa Catarina										
ACP de Florianópolis	2,38	2,79	3,16	2,93	3,30	3,58	91,34	95,89	96,14	4,81
ACP de Joinville	2,14	2,42	2,73	2,65	2,80	3,04	91,78	93,79	94,49	2,71
Demais	16,01	16,13	16,92	13,98	14,65	15,94	64,75	73,52	80,02	15,27
TOTAL	20,52	21,33	22,82	19,56	20,76	22,56	70,64	78,75	83,99	13,35
Rio Grande do Sul										
ACP de Caxias do Sul	1,52	1,66	1,82	1,80	1,85	2,04	87,96	90,47	95,04	7,08
ACP Pelotas-Rio Grande	2,09	2,03	1,92	2,62	2,36	2,13	92,81	94,23	94,31	1,50
ACP de Porto Alegre	13,47	13,72	13,35	17,56	16,38	15,45	96,60	96,60	98,27	1,67
SubACP Porto Alegre	10,90	11,04	10,66	14,29	13,18	12,39	97,21	96,64	98,74	1,53
SubACP N. Hamb.-São Leopoldo	2,58	2,68	2,69	3,27	3,20	3,05	93,99	96,46	96,39	2,40
Demais	24,21	23,17	21,96	20,67	20,34	19,51	63,29	71,05	75,46	12,17
TOTAL	41,30	40,58	39,05	42,65	40,93	39,12	76,56	81,65	85,10	8,54
ACPs Sulinas	34,45	37,32	38,50	43,91	43,94	43,70	94,47	95,30	96,40	1,93
Demais municípios sulinos	65,55	62,68	61,50	56,09	56,06	56,30	63,43	72,39	77,75	14,33
TOTAL Região Sul	100,0	100,0	100,00	100,00	100,00	100,00	74,12	80,94	84,93	10,81

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

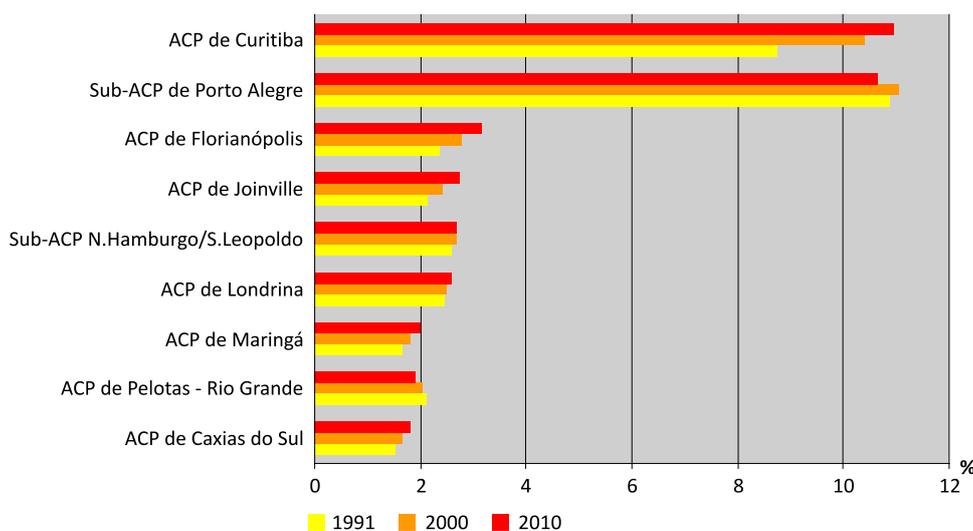
NOTA: Elaboração do IPARDES.

A redução do grau de urbanização da ACP de Curitiba merece estudo detalhado que inclua um roteiro de campo. Uma análise preliminar no município Fazenda Rio Grande, que apresentou elevada perda de pontos percentuais no grau de urbanização, evidenciou que os setores censitários rurais com elevado crescimento populacional correspondiam aos vetores de expansão da área urbana municipal, sugerindo defasagem entre a realidade da ocupação e o perímetro urbano legalmente em vigor. Em outros três municípios que também apresentaram redução do grau de urbanização no período (Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Mandirituba, este não inserido, porém limítrofe à ACP), repete-se a situação de setores censitários rurais com elevado crescimento situados nos vetores de expansão do aglomerado metropolitano. Esses municípios vêm sendo espaço preferencial para a ocupação de população de menor rendimento, dada a oferta de loteamentos de menor custo, assim como vêm sendo objeto de processos de ocupação irregular.

Entre as ACPs sulinas, a subACP de Porto Alegre é a que registra o mais elevado grau de urbanização, 98,7%. Na mesma UF encontra-se a ACP menos urbanizada da região, formada por Pelotas e Rio Grande, com grau de urbanização de 94,3%. Também no Rio Grande do Sul, a ACP de Caxias do Sul, que inclui Farroupilha, foi a que incrementou mais pontos percentuais no grau de urbanização entre 1991-2010 (7,1 p.p.), em maior intensidade na última década.

Como apontado, a ACP de Porto Alegre é a que detém maior participação no total da população brasileira em 2010 (1,9%), majoritariamente oriunda da subACP de mesmo nome, que participa com 1,5% da população total brasileira e com 10,7% no total da Região Sul (gráfico 2). Há que se registrar que essa participação vem declinando nas décadas analisadas, de 11% em 1991 para os atuais 10,7%. Declina também a participação da ACP de Pelotas-Rio Grande, de 2,1% para 1,9% no período. Entre as demais ACPs sulinas, todas manifestam elevação, sendo a maior a da ACP de Curitiba, que salta de 8,7%, em 1991, para 10,9% em 2010.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DAS ACPs NO TOTAL DA POPULAÇÃO DA REGIÃO SUL - 1991, 2000 E 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

2.4 CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO: DIFERENTES ESTÁGIOS, DIFERENTES PROCESSOS

O aumento/declínio da participação no total da população brasileira guarda relações com o incremento populacional. Embora as taxas de crescimento nas ACPs apresentem significativo declínio no período, de 1,43% a.a., entre 1991 e 2000, para 0,87% a.a. entre 2000 e 2010, o volume do incremento que a região obteve permanece expressivo: 2.978.239 habitantes no primeiro intervalo e 2.279.275 no segundo (tabela 4). Destes, 51,5% (ou 1,2 milhões) correspondem ao incremento das ACPs.

O incremento da população urbana das ACPs foi correspondente a 42% do total da região, tendo agregado um volume de habitantes superior a 1,2 milhões. O fato de o incremento na população urbana ter se tornado maior que o registrado na população total revela que persistem movimentos de migração para o urbano também no interior das ACPs. Esses movimentos são mais nítidos nos demais municípios, entre os quais o diferencial é da ordem de aproximadamente 600 mil habitantes (incremento de 1,1 milhão de habitantes na população total e 1,7 milhão na urbana), mas já expressando inflexão do fenômeno posto que na década anterior era de maior magnitude.

TABELA 4 - INCREMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, E VARIAÇÃO NO PERÍODO - ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS - BRASIL - 1991, 2000 E 2010

UNIDADE	INCREMENTO POP. TOTAL			INCREMENTO POP. URBANA		
	1991/2000	2000/2010	Variação %	1991/2000	2000/2010	Variação %
ACP de Curitiba	673.490	384.832	-0,43	626.260	378.637	-0,40
ACP de Caxias do Sul	79.438	83.472	0,05	80.296	98.363	0,23
ACP de Florianópolis	173.996	166.175	-0,04	190.808	161.541	-0,15
ACP de Joinville	134.586	140.749	0,05	135.740	137.241	0,01
ACP de Londrina	83.928	82.680	-0,01	99.605	88.014	-0,12
ACP de Maringá	90.350	90.350	0,00	95.693	92.567	-0,03
ACP Pelotas-Rio Grande	46.180	15.801	-0,66	50.072	15.333	-0,69
ACP de Porto Alegre	464.082	210.476	-0,55	448.526	264.113	-0,41
SubACP Porto Alegre	360.689	148.022	-0,59	334.704	204.409	-0,39
SubACP N. Hamburgo-São Leopoldo	103.393	62.454	-0,40	113.822	59.704	-0,48
TOTAL ACPs Sulinas	1.746.050	1.174.535	-0,33	1.727.000	1.235.809	-0,28
Demais municípios	1.232.189	1.104.740	-0,10	2.191.967	1.703.088	-0,22
Região Sul/Brasil	2.978.239	2.279.275	-0,23	3.918.967	2.938.897	-0,25

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

As ACPs de Curitiba e Porto Alegre tiveram as maiores reduções no volume do incremento da população total entre as décadas. Mesmo assim, a primeira incorporou 384,8 mil habitantes na população total, entre 2000 e 2010, e a segunda 210,5 mil. Apenas as ACPs de Caxias do Sul e Joinville tiveram pequena elevação no total do incremento nessas décadas. A subACP de Porto Alegre juntamente com a ACP de Pelotas-Rio Grande foram as que demonstraram as maiores variações negativas, superiores a 50% em relação ao primeiro período, sendo que a segunda foi a única com variação negativa superior a 50% também no incremento da população urbana. Entre as ACPs, não se observam variações positivas significativas no incremento da população total, exceto na de Caxias do Sul, que registra variação de 23%.

De modo geral, todas as taxas anuais de crescimento das ACPs declinam se comparados os períodos 1991-2000 e 2000-2010, o que sugere desaceleração do crescimento e espelha também sua incidência sobre bases populacionais mais elevadas. O conjunto das ACPs registrava taxa de 2,34% a.a. entre 1991 e 2000 e passa a registrar 1,19% a.a. entre 2000 e 2010 (tabela 5). Decrescem também as taxas dos demais municípios, de 0,92% a.a. para 0,68% a.a., acompanhando a tendência declinante da Região Sul.

TABELA 5 - TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO - REGIÃO SUL, ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS - 1991-2000 E 2000-2010

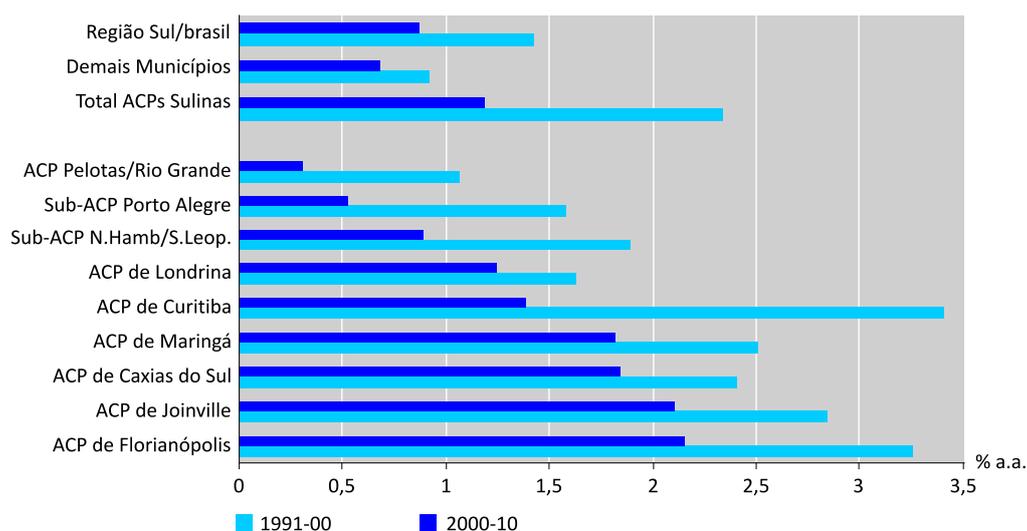
POPULAÇÃO	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)		
	Região Sul	ACPs	Demais Municípios
Total 1991/2000	1,43	2,34	0,92
Total 2000/2010	0,87	1,19	0,68
Urbana 1991/2000	2,43	2,44	2,43
Urbana 2000/2010	1,36	1,30	1,40

FONTE: IBGE - Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 2010

NOTA: Elaboração do IPARDES.

A queda mais abrupta ocorreu na ACP de Curitiba, que deixa a taxa de 3,41% a.a., entre 1991 e 2000, e passa a crescer a 1,39% a.a. entre 2000 e 2010, rompendo o padrão de elevado crescimento que a caracterizava desde os anos 70 (gráfico 3). A subACP de Porto Alegre também manifestou declínio significativo, de 1,58% a.a., entre 1991 e 2000, para 0,52% a.a. entre 2000 e 2010, e, juntamente com a ACP de Pelotas-Rio Grande (0,31% a.a.), registra as menores taxas da região.

GRÁFICO 3 - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL - ACPs, DEMAIS MUNICÍPIOS E REGIÃO SUL - 1991-00 E 2000-10



FONTE: IBGE - Censo Demográfico

A ACP de Caxias do Sul, com taxa de 1,85% a.a. no último período, tem no estado do Rio Grande do Sul o crescimento mais expressivo, assemelhando-se à dinâmica das ACPs catarinenses e paranaenses. As ACPs de Florianópolis e de Joinville são as que mais crescem na região entre 2000 e 2010: Florianópolis, com taxa de 2,15% a.a., e Joinville, 2,11% a.a., ambas acima da média nacional de crescimento das ACPs.

Com raras exceções entre as ACPs, as taxas de crescimento da população urbana são mais elevadas que as da população total. Porém, essa diferença se reduziu no último período, na medida em que se eleva o grau de urbanização das unidades (ver tabela 2). O crescimento da população urbana da Região Sul era de 2,43% a.a., entre 1991 e 2000 (1 p.p. superior ao da população total), e 1,36% a.a. entre 2000 e 2010 (agora com diferença de apenas 0,5 p.p.). As ACPs declinaram nos períodos, de 2,44% a.a. para 1,30% a.a., respectivamente, sendo que em ambos os períodos tinham aproximadamente 0,1 p.p. de diferença positiva em relação às taxas de crescimento da população total. Seus polos declinaram de 1,78% a.a. para 1,12% a.a. e seus municípios periféricos, de 3,66% a.a. para 1,61% a.a. – todos com poucos pontos percentuais a mais que as correspondentes taxas de crescimento da população total. Os demais municípios da Região Sul apresentam taxas de crescimento da população urbana muito próximas às da região como um todo (2,43% a.a. e 1,40% a.a.).

2.5 PADRÃO DE CRESCIMENTO INTERNO DAS ACPs

A história de configuração das ACPs sulinas demarca momentos distintos em seu crescimento: as aglomerações no entorno de Porto Alegre e de Curitiba têm uma trajetória mais antiga e consolidada, enquanto as demais foram emergindo posteriormente. Dessa forma, o comportamento padrão de crescimento dos polos reproduz-se com certa defasagem nas demais ACPs. Esse padrão se expressa em taxas de crescimento populacional inicialmente elevadas nos polos, na conurbação ou mais frequentemente periferação sobre municípios vizinhos, quando então estes passam a apresentar as maiores taxas, e na expansão do aglomerado, envolvendo municípios de periferias mais distantes.

A ACP de Porto Alegre é a que melhor representa o perfil descrito. No último período intercensitário, registrou taxa de crescimento de 0,35% a.a. (tabela 6). Na mesma UF, os polos Novo Hamburgo, Pelotas e Rio Grande também tiveram taxas anuais inferiores a 1%, manifestando quedas expressivas em relação ao primeiro período. Porto Alegre e Pelotas apresentaram as menores taxas da Região Sul, insuficientes para a própria manutenção do crescimento vegetativo da população.

TABELA 6 - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL - ACPs, DEMAIS MUNICÍPIOS E REGIÃO SUL - 1991-2000 E 2000-2010

UNIDADE	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	1991-2000	2000-2010
ACP de Curitiba	3,41	1,39
Curitiba	2,13	0,99
Periféricos	5,75	1,97
ACP de Londrina	1,63	1,25
Londrina	1,54	1,26
Periféricos	1,84	1,21
ACP de Maringá	2,51	1,82
Maringá	2,08	2,15
Periféricos	3,29	1,24
ACP de Florianópolis	3,26	2,15
Florianópolis	2,42	1,84
Periféricos	4,75	2,64
ACP de Joinville	2,85	2,11
Joinville	3,34	2,10
Periféricos	2,24	2,12
ACP de Porto Alegre	1,64	0,59
Sub-ACP de Porto Alegre	1,58	0,52
Porto Alegre	0,83	0,35
Periféricos	2,35	0,68
Sub-ACP N. Hamburgo-São Leopoldo	1,89	0,89
Novo Hamburgo	1,56	0,12
São Leopoldo	1,60	1,01
Periféricos	2,44	1,50
ACP de Caxias do Sul	2,41	1,85
Caxias do Sul	2,43	1,91
Periféricos	2,25	1,41
ACP Pelotas-Rio Grande	1,07	0,31
Pelotas	1,18	0,16
Rio Grande	0,89	0,56
Periféricos	-	-
ACPs Sulinas	2,34	1,19
Polos	1,73	1,03
Periféricos	3,39	1,44
Demais municípios sulinos	0,92	0,68
TOTAL Região Sul	1,43	0,87

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTA: Elaboração do IPARDES.

No Paraná, Curitiba, contrariando a expectativa de elevado crescimento que vinha experimentando nas décadas anteriores, registrou taxa de 0,99% a.a. no período 2000-2010, porém o crescimento de seus municípios periféricos ainda é significativo, da ordem de 1,97% a.a. Considerando a trajetória de periferação em curso desde os anos 70, mesmo com redução das taxas de crescimento dos municípios periféricos, pode-se concluir que a aglomeração ainda não deve ser considerada completamente consolidada. Londrina e Maringá expressam um momento de configuração inicial dos aglomerados, com taxas mais elevadas nos polos. Londrina cresce a 1,26% a.a., enquanto seus municípios periféricos, a 1,21% a.a.; Maringá registra a mais elevada taxa de crescimento entre os polos da região, 2,15% a.a., inclusive mais elevada que no período anterior (2,08% a.a.), com os periféricos crescendo a 1,24% a.a.

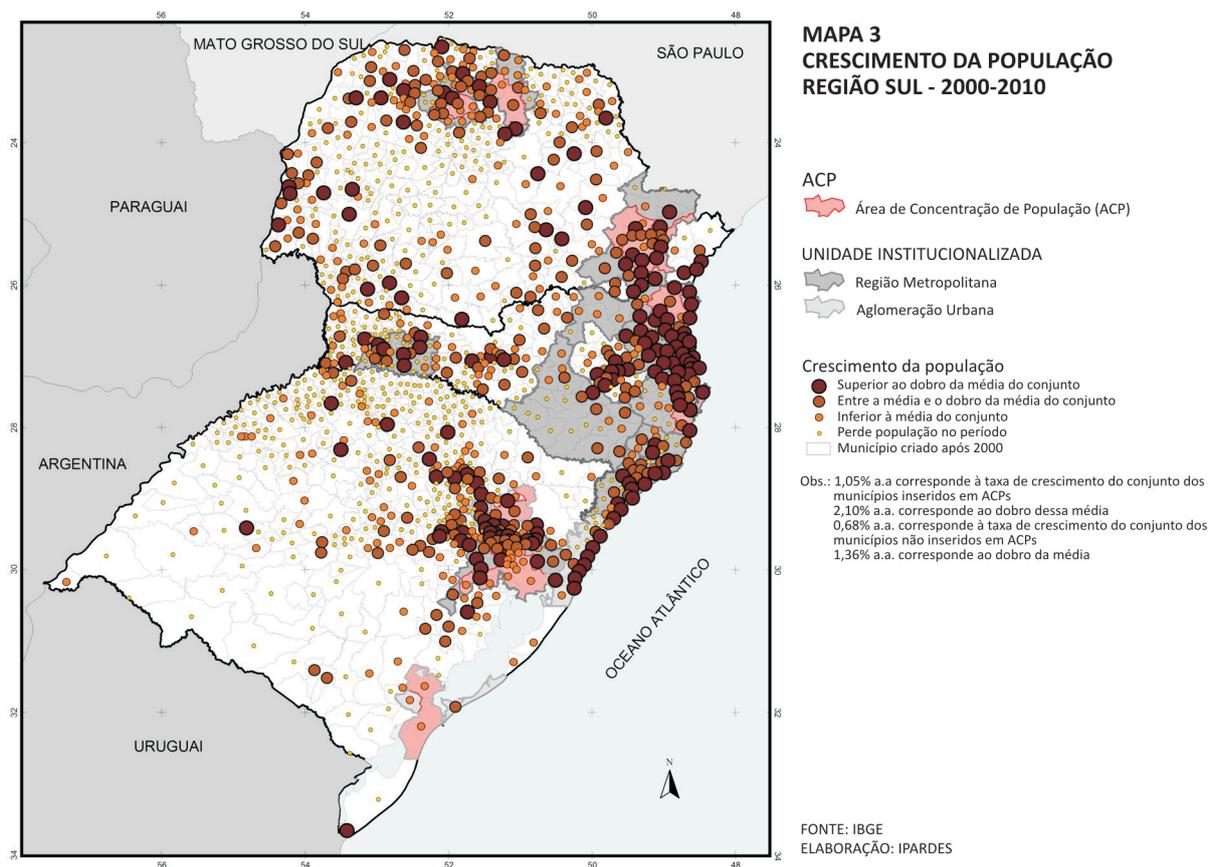
O comportamento dessas ACPs sugere que, entre muitas das aglomerações de menor porte e natureza não metropolitana, os polos ainda são os responsáveis pelo crescimento do conjunto da ACP, como se evidencia também na ACP de Caxias do Sul. Nesses casos, a periferação dos polos ou a conurbação com municípios vizinhos ainda é incipiente.

Em Santa Catarina, as ACPs ainda apresentam crescimento intenso, seja dos polos ou dos municípios periféricos. Joinville vem crescendo à taxa de 2,1% a.a., entre 2000 e 2010, e Florianópolis a 1,84% a.a. No caso dos municípios periféricos, as ACPs de Florianópolis e Joinville são as que registram as maiores taxas de crescimento da região: 2,64% a.a. e 2,12% a.a., respectivamente.

3 MUNICÍPIOS NÃO INSERIDOS EM ACPS

Os processos decorrentes deste estágio avançado da urbanização, associado à metropolização e configuração de espacialidades complexas que caracterizam as ACPs, distinguem-se daqueles que traçam o perfil dos municípios não inseridos em ACPs, embora ligados entre si. Denominados neste trabalho como “demais municípios”, estes somam 16.841.882 habitantes em 2010, o que corresponde a 61,5% da população total da Região Sul (ver tabela 2). Essa participação vem decrescendo ao se tomar 1991 como referência, quando alcançava 65,5%. Em 2010, esses municípios respondem por 48,5% do incremento da população total da Região Sul, e o crescimento médio anual de sua população, no período 2000-2010, foi de 0,68%, bastante inferior ao do conjunto do total brasileiro dos demais, com crescimento de 1,05% a.a. Comparativamente ao cenário nacional, pode-se afirmar que a região é menos concentradora em suas ACPs, porém os demais municípios não apresentam dinamismo similar ao do conjunto brasileiro, posto que seu crescimento populacional é quase insuficiente para garantir a reprodução vegetativa da população, o que sinaliza uma continuidade no processo de esvaziamento populacional dessas áreas.

Para a análise do conjunto dos demais municípios, os mesmos foram organizados segundo classes de tamanho da população total, por guardarem especificidades, e pela inserção em unidades institucionalizadas (RMs e AUs). Deu-se foco àqueles municípios com taxa de crescimento da população total superior ao crescimento médio anual dos municípios que não se inserem em ACPs (0,68% a.a. entre 2000 e 2010), e mais particularmente aos que cresceram a taxas iguais ou maiores que o dobro desta (1,36% a.a.) – mapa 3.



Na primeira condição, enquadram-se 317 municípios, dos quais 96 (30,3%) fazem parte de RMs ou AUs institucionalizadas (tabela 7). Observa-se que essa proporção é superior à verificada no Brasil, caso em que apenas 8,8% dos municípios com crescimento acima da média dos demais se integram em unidades institucionalizadas. Entre os 317 municípios, 67 foram criados após 1991,2 e destes, 21 (ou 31,3%) fazem parte de unidades institucionalizadas. Comparativamente ao Brasil, também é uma proporção elevada, em contraste com os menos de 10% de novos municípios que integram unidades institucionalizadas (MOURA; CINTRA, 2011).

² A exclusão destes municípios da análise se deve ao fato de que as taxas de crescimento destes, por inúmeros motivos, não espelham um processo contínuo, mas retratam efeitos imediatos à instalação de novas sedes municipais e muitas vezes podem apresentar problemas na reconstituição da base territorial para composição da taxa.

TABELA 7 - MUNICÍPIOS NÃO INTEGRANTES DE ACP COM CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL ACIMA DA MÉDIA DO CONJUNTO, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DA POPULAÇÃO - REGIÃO SUL - 2010

CLASSE DE TAMANHO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL 2000-2010 \geq 0,68% a.a.						CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL 2000-2010 \geq 1,36% a.a. (excluindo novos)		
	Total	Unidades Institut.	Demais	Novos em Un. Inst.	Novos nos Demais	Total Excluindo Novos	Total	Unidades Institut.	Demais
Até 5.000	56	6	20	7	23	26	13	3	10
5.001 a 10.000	60	10	23	7	20	33	11	5	6
10.001 a 20.000	85	32	45	6	2	77	41	24	17
20.001 a 50.000	73	30	41	1	1	71	33	19	14
50.001 a 100.000	25	11	14	0	0	25	10	6	4
100.001 a 500.000	18	7	11	0	0	18	9	6	3
TOTAL	317	96	154	21	46	250	117	63	54
Participação %	100,00	30,28	48,58	6,62	14,51	78,86	100,00	53,85	46,15

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

A taxa média de crescimento dos municípios não inseridos em ACPs é de 0,68 a.a.; 1,36% a.a. corresponde ao dobro dessa média. Consideram-se novos os municípios criados após 1991.

Entre os novos municípios, exceto Capivari de Baixo, na RM de Tubarão, e Pontal do Paraná, no litoral paranaense, todos possuem menos de 20 mil habitantes em 2010. Os que mais crescem, a taxas superiores a 3% a.a., são balneários catarinenses ou riograndenses, com destaque para Bombinhas (SC), que apresenta crescimento superior a 5% a.a. Tunas do Paraná, na RM de Curitiba, é o que mais cresce no conjunto dos novos, motivado por atividades conjunturais ligadas à madeira.

Dos 250 municípios criados antes de 1991, 117 (46,8%) crescem mais que o dobro da média do conjunto dos demais (1,36% a.a.), e destes 53,8% se situam em unidades institucionalizadas – proporção maior que a do Brasil, que corresponde a 15,2%; entre os 133 com taxas entre a média e o dobro, predominam os demais municípios (100) sobre os integrantes de unidades institucionalizadas (33). Observa-se que o crescimento desses municípios assume taxas muito mais elevadas que o restante, como fica confirmado ao se constatar que 19 municípios dessas unidades crescem a taxas mais elevadas que a do município que mais cresce entre os não inseridos em unidades institucionais, qual seja, Tupandi (RS), com taxa de crescimento de 2,87% a.a. Em qualquer dos casos e similarmente ao Brasil, a classe com maior número de municípios com crescimento acima do dobro da média é aquela com população entre 10 mil e 20 mil habitantes, seguida pela de 20 mil a 50 mil habitantes.

Os dados revelam três processos não excludentes: um, em que o crescimento nas bordas das ACPs – em território de unidades institucionalizadas, porém fora das ACPs, ou nas unidades institucionalizadas não polarizadas por ACPs – é mais expressivo na Região Sul que no conjunto brasileiro; dois, em que a institucionalização de unidades também se dá nessa região com maior intensidade, o que por um lado poderia explicar essa participação elevada, mas que, por outro lado, aponta que algum fenômeno urbano de maior complexidade, seja em dinâmicas socioeconômicas, seja na organização de segmentos sociais para uma reivindicação política, vem motivando os legisladores à instituição de um número maior de unidades; três, em que essas unidades permanecem como objeto de fragmentação pelos sucessivos processos emancipatórios, a despeito de muitas configurarem manchas contínuas de ocupação.

No conjunto de municípios não inseridos em ACPs, tampouco em unidades institucionalizadas, outros processos também apontam para a expressividade do crescimento daqueles que desempenham algum papel de destaque na rede urbana, caso dos classificados como centralidades pelo REGIC 2007. Dos 133 municípios com taxa de crescimento entre a média e o dobro da média, 55 (41,3%) correspondem a alguma das categorias da classificação de centralidades, incluindo Capitais Regionais B e C (4 municípios), Centros Sub-regionais A e B (17) e Centros de Zona A e B (34); 78 municípios correspondem a Centros Locais, e nenhuma ocorrência foi verificada no âmbito daqueles não classificados (tabela 8). Com crescimento superior ao dobro da média, a proporção dos classificados declina para 29,9% dos 117 municípios nessas condições, incluindo Capitais Regionais B (3 municípios), Centros Sub-regionais A e B (10) e Centros de Zona A e B (22); 82 municípios correspondem a Centros Locais e também nenhuma ocorrência foi verificada entre aqueles não classificados.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NÃO INSERIDOS EM ACPs COM CRESCIMENTO SUPERIOR À MÉDIA REGIONAL, SEGUNDO CATEGORIAS DE CENTRALIDADE E INSERÇÃO EM UNIDADE INSTITUCIONALIZADA - REGIÃO SUL - 2000-2010

CATEGORIA DE CENTROS (REGIC 2007)	CRESCIMENTO >= 0,68% a.a. E <1,36% a.a. ⁽¹⁾			CRESCIMENTO >= 1,36% a.a.		
	Em Unidades Institucionalizadas	Nos Demais Municípios	TOTAL	Em Unidades Institucionalizadas	Nos Demais Municípios	TOTAL
Metrópole	0	0	0	0	0	0
Capital Regional A	0	0	0	0	0	0
Capital Regional B	0	2	2	2	1	3
Capital Regional C	1	1	2	0	0	0
Centro Sub-Regional A	1	10	11	2	4	6
Centro Sub-Regional B	1	5	6	3	1	4
Centro de Zona A	6	13	19	3	6	9
Centro de Zona B	3	12	15	6	7	13
Centro Local	21	57	78	47	35	82
Não Classificado	0	0	0	0	0	0
TOTAL	33	100	133	63	54	117
Participação %/250 ⁽²⁾	13,20	40,00	53,20	25,20	21,60	46,80

FONTES: IBGE - Censo Demográfico; REGIC 2007

NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) Correspondem respectivamente à média e ao dobro da média do crescimento anual 2000-2010 dos municípios não inseridos em ACPs.

(2) Número total de municípios com crescimento acima da média do conjunto.

Essa correspondência sugere que as centralidades seguem exercendo atração e retendo população, constituindo, nas mais variadas localizações no território, importantes polos de estruturação e intermediação na rede de cidades.

A distribuição dos municípios com crescimento acima da média e que não cumprem nenhuma das condições anteriormente tratadas revela ainda localizações na circunvizinhança de ACPs e de unidades institucionalizadas, assim como em arranjos espaciais descontínuos, porém complexos e articulados, como os arranjos urbano-regionais de Curitiba, Porto Alegre e do Leste Catarinense. Revela também alguns eixos no interior dos estados. No primeiro arranjo, incluem-se municípios do litoral paranaense, como Guaratuba, com crescimento de 1,65% a.a., além de Piên (1,39% a.a.) e Campo do Tenente (1,18% a.a.), integrados legalmente, pós-Censo 2010, à RM de Curitiba; no segundo, destacam-se

municípios da Serra Gaúcha, como Canela (1,55% a.a.) e Gramado (1,22% a.a.), entre outros do entorno da RM de Porto Alegre, como Tupandi (2,87% a.a.) e Igrejinha (1,69% a.a.). Correspondendo ao arranjo do Leste Catarinense, há municípios com elevado crescimento no Vale do Itajaí, como Lontras (2,03% a.a.), Pouso Redondo (1,96% a.a.), Presidente Getúlio (1,90% a.a.), Agrolândia (1,79% a.a.), Laurentino (1,72% a.a.), Rio do Sul (1,71% a.a.) e Agronômica (1,42% a.a.).

No caso dos eixos interioranos (IPARDES, 2005), ou aglomerações descontínuas (IPARDES, 2000), o eixo paranaense formado a partir do vértice Cascavel, em direção a Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, no oeste, inclui municípios entre os que mais crescem, como Cafelândia (2,78% a.a.), Palotina (1,65% a.a.), Santa Helena (1,34% a.a.), Santa Izabel do Oeste e Matelândia (ambos com 1,15% a.a.) e Santa Teresinha do Itaipu (1,27% a.a.), este com a peculiaridade de integrar-se à aglomeração internacional de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguazú. Em Santa Catarina, o eixo da agroindústria do oeste do estado se faz representar integralmente por municípios crescendo acima da média: Chapecó (2,25% a.a.), Xanxerê (1,66% a.a.), Xaxim (1,18% a.a.), Concórdia (0,85% a.a.), Joaçaba (1,16% a.a.) e Videira (1,27% a.a.). No Rio Grande do Sul, despontam apenas Panambi (1,56% a.a.), da aglomeração de Ijuí, e Marau (2,52% a.a.), de Passo Fundo.

Entre os municípios com crescimento acima da média não situados nessas localizações, há uma correspondência com regiões onde a atividade agropecuária tem expressividade, como o Oeste e Sudoeste paranaense, Oeste Catarinense e Noroeste Riograndense. Nestas, algumas novas centralidades, não apontadas pelo estudo do REGIC 2007, podem estar emergindo.

4 COMPATIBILIDADES ENTRE A DINÂMICA POPULACIONAL E A ECONÔMICA

A informação sobre a economia sulina utilizada nesta análise é uma síntese do PIB, que apresenta um comportamento comparável ao da dinâmica populacional, com localizações territoriais dos municípios com melhor desempenho muito similares às daqueles com maior crescimento populacional (mapa 4). As proporções da distribuição nas duas variáveis aproximam-se, mas com peculiaridades: enquanto no Paraná a participação no total da população da Região Sul em 2010 (38,1%) é superior à participação no total do PIB em 2009, 35,5% – informação mais recente disponível – em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul esta situação se inverte (tabela 9). A primeira UF participa com 22,8% do total da população e 24,2% do total do PIB, e a segunda, com 39% e 40,3%, respectivamente. Considera-se, porém, que Santa Catarina vem agregando pontos percentuais nessa participação, se comparada ao ano 2000, enquanto o Rio Grande do Sul, vem perdendo.

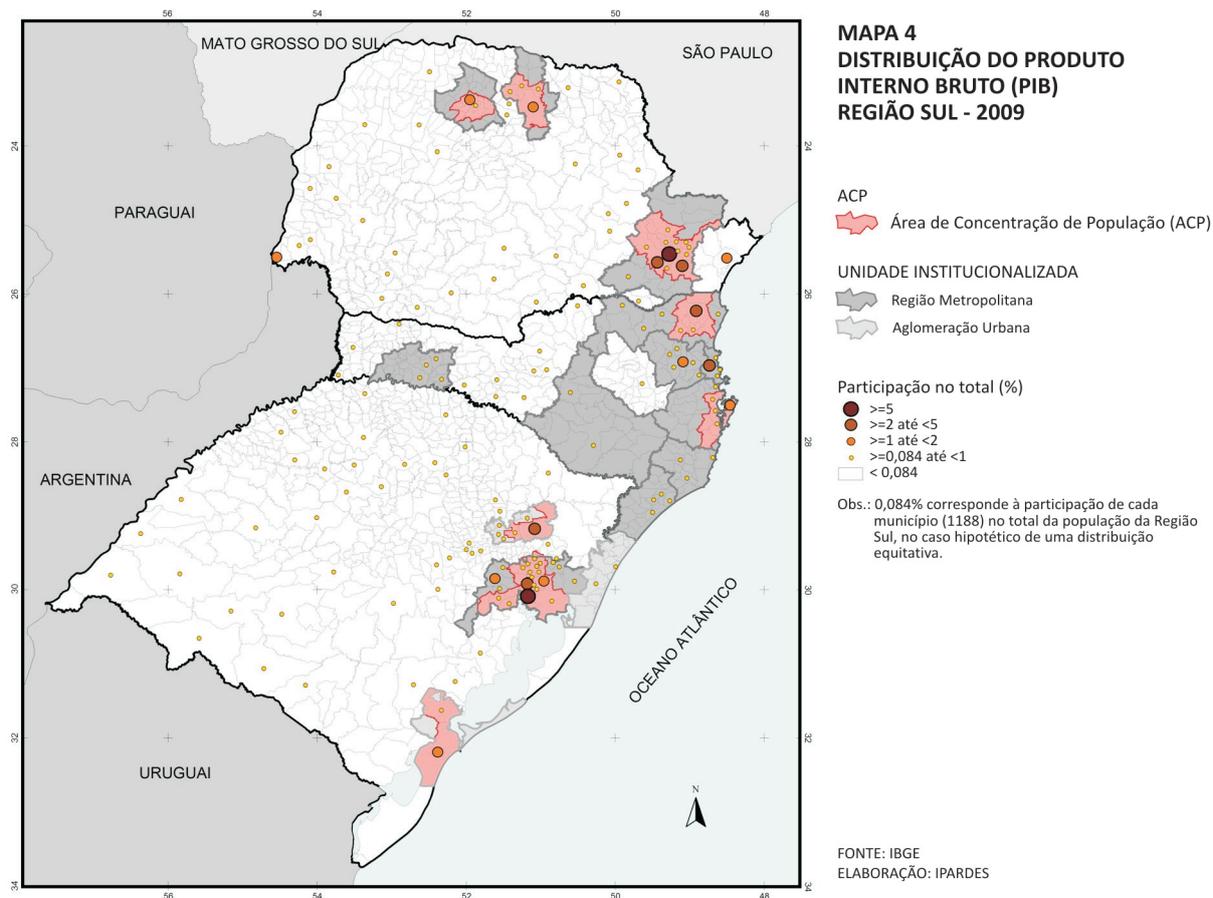


TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO PIB DA REGIÃO SUL (2000 E 2009) E NO TOTAL DA POPULAÇÃO TOTAL (2010) - ACPs, DE MAIS MUNICÍPIOS E UFs

UNIDADE	PARTICIPAÇÃO (%) NO PIB TOTAL DA REGIÃO SUL		PARTICIPAÇÃO (%) NA POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO SUL
	2000	2009	2010
Paraná			
ACP de Curitiba	14,044	14,612	10,93
ACP de Londrina	2,459	2,358	2,59
ACP de Maringá	1,679	1,680	2,00
Demais municípios	17,405	16,819	22,62
TOTAL	35,587	35,469	38,14
Santa Catarina			
ACP de Florianópolis	2,699	2,948	3,16
ACP de Joinville	3,545	3,764	2,73
Demais municípios	16,052	17,521	16,92
TOTAL	22,296	24,233	22,82
Rio Grande do Sul			
ACP de Caxias do Sul	2,587	2,591	1,82
ACP Pelotas-Rio Grande	1,819	1,891	1,92
ACP de Porto Alegre	17,584	16,027	13,35
SubACP de Porto Alegre	14,354	13,667	10,66
SubACP Novo Hamburgo-São Leopoldo	3,231	2,359	2,69
Demais municípios	20,126	19,790	21,96
TOTAL	42,117	40,299	39,05

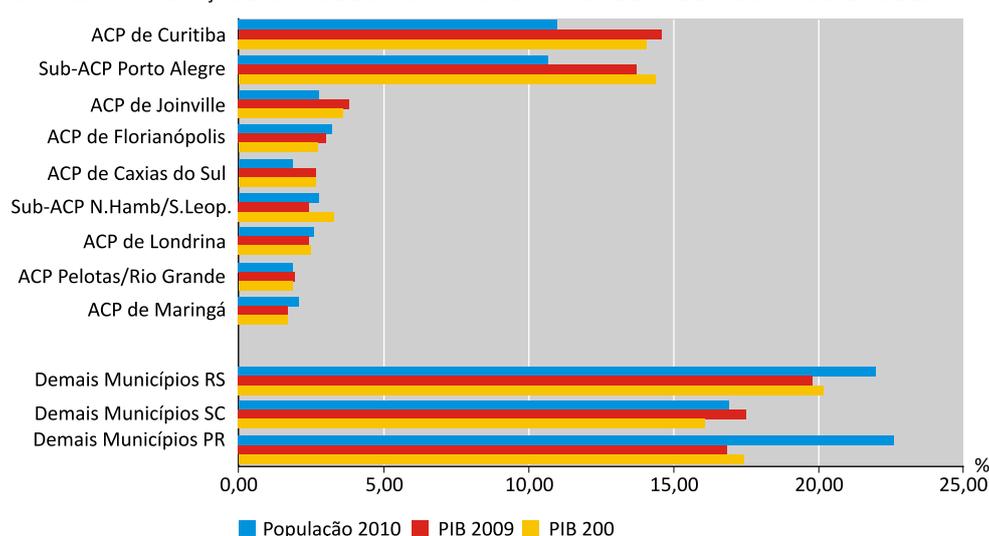
FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Em Santa Catarina, os demais municípios apresentam aumento da participação no PIB regional entre 2000 e 2009. Há que salientar que, nessa UF, a proporção tanto da população quanto do PIB dos demais municípios é muito maior que a soma das ACPs, comprovando a relativa desconcentração demográfica e econômica que caracteriza esse estado. No Paraná e Rio Grande do Sul, percebe-se decréscimo na participação do PIB dos demais municípios no período e, ao contrário de Santa Catarina, a soma da participação das ACPs supera a dos demais municípios, em ambos os casos influenciada pela ACP principal.

Como na distribuição da população, algumas ACPs distinguem-se por deter maior robustez na participação da renda regional. A ACP de Porto Alegre apresenta a maior participação regional em 2009 (16%), concentrada na subACP de mesmo nome. É seguida pela de Curitiba (14,6%), esta em ascensão, enquanto a primeira, em decréscimo. Um grande desnível separa estas das demais ACPs, cuja participação se dá entre 1,7% e 3,7% do PIB total da Região Sul (gráfico 4).

GRÁFICO 4 -PARTICIPAÇÃO DAS ACPs E DEMAIS MUNICÍPIOS NO TOTAL DO PIB DA REGIÃO SUL - 2000 E 2009



FONTE: IBGE

Internamente às UFs, no Paraná, na ACP de Curitiba, todos os municípios apresentam ligeiro crescimento da participação no PIB regional no período, o que eleva a participação da ACP de 14% para 14,6%. Curitiba responde por 8,5 pontos percentuais dessa participação em 2009, majoritariamente decorrente dos serviços. A ACP de Maringá, fortemente representada pelo município-polo, registra equilíbrio na participação, 1,7% nos dois períodos, condicionada principalmente pelos serviços. A ACP de Londrina perde participação, de 2,5% para 2,4%, em função da perda do próprio município-polo.

Em Santa Catarina, o crescimento da participação no PIB regional nos períodos em análise se dá nas duas ACPs. A ACP de Florianópolis eleva a participação de 2,7% para 2,9%, tendo no polo mais da metade da participação, decorrente dos serviços. A ACP de Joinville eleva de 3,5% para 3,8%, também majoritariamente condicionada pelo polo, neste caso, fundada na atividade industrial.

No Rio Grande do Sul, a ACP de Caxias do Sul se mantém estável no período, em 2,6%, influenciada pelo desempenho do município de Caxias do Sul; e a de Pelotas-Rio Grande tem elevação da participação no PIB regional, de 1,8% para 1,9%, em função de Rio Grande. Em ambos os casos, há predominância do setor serviços na composição do PIB municipal. A ACP de Porto Alegre reduz a participação de 17,6%, em 2000, para 16% do PIB regional de 2009. Suas duas subACPs declinam no período: a de Porto Alegre, de 14,3% para 13,7%, e a de Novo Hamburgo-São Leopoldo, de 3,2% para 2,4%. Destaca-se Canoas, na subACP de Porto Alegre, que apresenta elevação na participação regional de 2,5% para 3,1%, com significativa participação da indústria na composição do PIB municipal.

Relativamente ao PIB nacional, a região se manteve praticamente estável na participação entre 2000 e 2009, com 16,5%. Em 2009, o setor agropecuário apresentou a maior participação, porém em decréscimo em relação a 2000. A região perde pontos também na participação do setor industrial (18,7% para 18,6%). Nos serviços e impostos, tem pequena elevação: de 15,2% para 15,3 nos serviços, e de 14,6% para 15,1% nos impostos, respectivamente (tabela 10).

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DO PIB SETORIAL NO TOTAL SETORIAL DO BRASIL, E DO PIB TOTAL NO TOTAL DO BRASIL - ACPs, DEMAIS MUNICÍPIOS E REGIÃO SUL - 2000 E 2009

SETORES	ACPs SUL/ TOTAL BRASIL (%)		DEMAIS MUNICÍPIOS DO SUL/ TOTAL BRASIL (%)		REGIÃO SUL/ TOTAL BRASIL (%)	
	2000	2009	2000	2009	2000	2009
Agropecuária	1,31	1,18	24,71	24,70	26,02	25,87
Indústria	8,40	8,41	10,27	10,16	18,68	18,57
Serviços	7,65	7,68	7,52	7,62	15,17	15,29
Administração Pública	4,81	4,86	7,66	7,49	12,47	12,35
Impostos	8,55	8,06	6,10	7,01	14,65	15,07
PIB Total	7,64	7,59	8,83	8,95	16,47	16,54

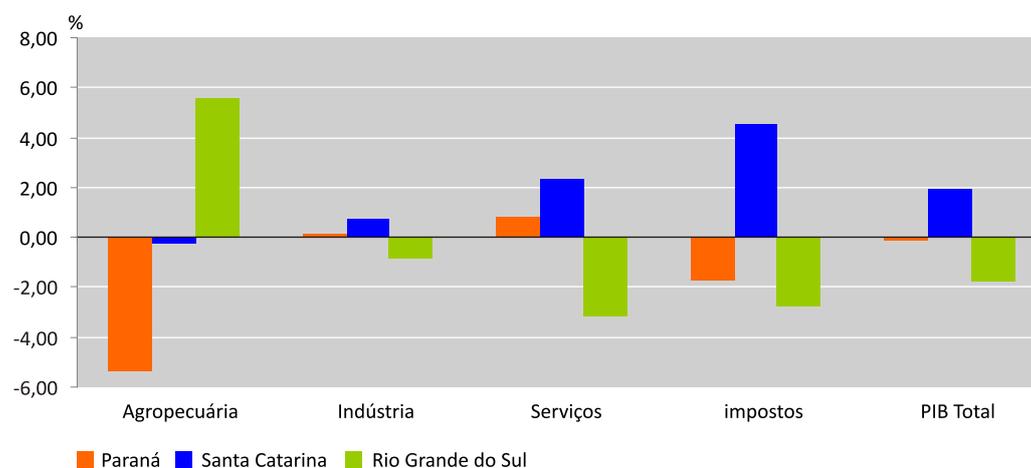
FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

A participação setorial do PIB das ACPs reforça a importância do Rio Grande do Sul nos recortes analisados, mas aponta a presença crescente de Santa Catarina, seguida pelo Paraná, no conjunto regional. O Rio Grande do Sul tem a maior participação em todos os setores do PIB, porém com elevação entre 2000 e 2009 apenas na agropecuária (gráfico 5). Cabe dizer que, dentro dos serviços, a administração pública tem peso relevante nesse estado. Santa Catarina apenas perde participação no período na agropecuária, elevando nos demais setores, particularmente nos impostos, assim como nos serviços. O Paraná perde significativamente participação na agropecuária e também nos impostos, e apresenta pequeno crescimento na indústria e nos serviços.

O PIB da agropecuária é composto fundamentalmente pela participação dos demais municípios nas três UFs (43,7% pelos do Rio Grande do Sul, 29,7% pelos do Paraná e 22% pelos de Santa Catarina – tabela 10), com ínfima presença dos municípios integrantes das ACPs. Há que se relativizar o peso do Rio Grande do Sul, em função de que esse estado, entre os três, é o que tem a maior área destinada a atividades do setor.

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SETORIAL NO PIB E DO PIB TOTAL - REGIÃO SUL - 2000/09



FONTE: IBGE

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO DA UNIDADE NO TOTAL DO PIB SETORIAL E TOTAL DA REGIÃO SUL - ACPs, DEMAIS MUNICÍPIOS E UFs - 2009

UNIDADE	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA	IMPOSTOS	PIB TOTAL
Paraná						
ACP Curitiba	0,70	14,22	16,08	9,94	17,56	14,61
ACP Londrina	0,58	1,83	2,78	2,03	2,71	2,36
ACP Maringá	0,50	1,22	2,08	1,54	1,62	1,68
Demais municípios do Paraná	29,73	16,39	16,02	19,10	13,33	16,82
TOTAL	31,51	33,65	36,96	32,61	35,23	35,47
Santa Catarina						
ACP Florianópolis	0,37	1,62	3,93	3,18	3,06	2,95
ACP Joinville	0,35	5,76	3,34	2,87	3,52	3,76
Demais municípios de Santa Catarina	22,00	19,34	15,90	16,96	17,98	17,52
TOTAL	22,72	26,73	23,17	23,01	24,57	24,23
Rio Grande do Sul						
ACP Caxias	0,57	3,57	2,29	2,01	3,08	2,59
ACP Pelotas	0,67	1,81	1,90	2,04	2,77	1,89
ACP Porto Alegre	0,80	15,26	17,81	15,72	19,19	16,03
SubACP N. Hamburgo-São Leopoldo	0,21	2,70	2,46	3,06	2,53	2,36
SubACP Porto Alegre	0,60	12,56	15,35	12,65	16,66	13,67
Demais municípios do Rio Grande do Sul	43,72	18,98	17,88	24,61	15,17	19,79
TOTAL	45,78	39,62	39,87	44,37	40,21	40,30

FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Na indústria, há duas situações. No Rio Grande do Sul e no Paraná, a participação está dividida entre as ACPs principais e os demais municípios: respectivamente, 15,3% e 19% nas ACP de Porto Alegre e nos demais municípios, e 14,2% e 16,4% na ACP de Curitiba e nos demais. Em Santa Catarina, dos 26,7% de sua participação no PIB setorial da Região Sul, 19,3 pontos percentuais correspondem aos demais municípios, 5,8% à ACP de Joinville e 1,6% à de Florianópolis, que é a ACP com a principal classe de centralidade. Destaca-se que o peso dos demais municípios nessa UF encontra-se territorialmente concentrado na porção do Vale do Itajaí, no qual as aglomerações são de pequeno porte, porém fortemente articuladas no arranjo urbano-regional do Leste Catarinense.

Nos serviços, repete-se a distribuição entre as categorias em análise no Paraná e Rio Grande do Sul, mas Santa Catarina registra elevação da participação da ACP de Florianópolis, que supera a de Joinville (3,9% e 3,3%, respectivamente).

Tais informações apontam relativa consonância entre a participação populacional e a da geração de renda da economia nas três UFs sulinas, no que se refere tanto à concentração percebida no Paraná e no Rio Grande do Sul, quanto à distribuição menos concentrada em Santa Catarina, pela configuração de uma rede urbana mais densa e equilibrada em sua distribuição territorial dos centros. Ressaltam essa consonância no que concerne ao setor serviços, cuja participação no PIB tem relação direta com a escala da população na geração da renda, elevando-se nas áreas de maior densidade.

A presença majoritária do setor serviços na composição do PIB dos municípios das ACPs demarca o perfil urbano da atividade econômica. Como essa presença é ainda mais expressiva nos polos das principais ACPs de cada UF (71,2% do PIB total de Porto Alegre; 66,7% de Curitiba; e 74% de Florianópolis), pode-se inferir que esteja ocorrendo certa diversificação das atividades do setor nesses polos, com qualificação e sofisticação na oferta de algumas atividades, o que provocaria uma elevação no valor do solo urbano, conseqüentemente uma seletividade no uso. Tal seletividade também implicaria uma redução na densidade da ocupação, dada a substituição de edifícios residenciais por comerciais e de serviços e a presença de moradores com diferente perfil; ou seja, domicílios unipessoais ou ocupados por famílias com menor número de filhos ou sem eles. Muitos estudos constataam o envelhecimento e o esvaziamento dos setores censitários centrais das cidades, confirmando tal hipótese.

Esse comportamento é determinado pela condição de capital político-administrativa, ou seja, pela presença de atividades de gestão estadual do território. Isso se torna claro no peso das atividades da administração pública na composição do PIB setorial dos serviços desses centros urbanos. Mas, com a refuncionalização dos espaços metropolitanos para inserção nos circuitos globais da economia, alguns municípios vizinhos aos polos também passam a diversificar sua oferta de serviços e elevar o valor do solo urbano. Tal inserção amplia a extensão da polaridade das metrópoles sulinas, a partir dos serviços, sem se descartar a presença da indústria como fator gerador dessa transformação. São José dos Pinhais, na ACP de Curitiba, exemplifica o processo. É, ao mesmo tempo, o principal município do polo automotivo paranaense e vem apresentando notável diversificação na oferta dos serviços nas últimas décadas.

Essa mudança no padrão de ocupação implica mudança no padrão de crescimento dos polos, já nítida nas ACPs sulinas de Porto Alegre e Curitiba. Ao mesmo tempo, o crescimento elevado dos municípios das periferias cede lugar a taxas mais baixas, pois estes também sofrem os efeitos, em menor escala, da qualificação dos polos. Nem por isso deixam de agregar os elevados contingentes populacionais das últimas décadas. Ainda em função desse processo, expandem-se fisicamente as ACPs, como demonstra o crescimento de municípios contíguos a essas unidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas mostram que o comportamento das ACPs sulinas descreve singularidades em relação ao padrão nacional, mas reforçam que estas representam o espaço da Região Sul com as dinâmicas populacionais mais expressivas. No caso das ACPs do Rio Grande do Sul, mesmo que apresentem declínio nas taxas de crescimento da população, elas ainda superam as dos demais municípios do Estado, pois estes registram crescimento muito baixo.

A observação de elevado crescimento no entorno dos polos das ACPs sugere a densificação das mesmas, principalmente do espaço edificado, ainda sob impacto mais acentuado da verticalização dos polos e de alguns municípios periféricos. O crescimento também elevado de municípios situados externamente aos seus limites aponta sua expansão física. Considerando que esses municípios com elevado crescimento, no entorno das ACPs, muitas vezes estão inseridos nas unidades regionais institucionalizadas, é fundamental que se explore com mais detalhes o comportamento dessas unidades e que se busque uma reflexão sobre a importância da consonância entre os recortes institucionais e o fato urbano; mais que isso, sobre a motivação que leva à institucionalização dessas unidades, chamando a atenção para Santa Catarina, com um número tão elevado de RMs.

A heterogeneidade das dinâmicas encontradas entre os estados sulinos se deve ao processo de ocupação produtiva e à própria natureza das ACPs (metropolitanas ou não), seu papel na respectiva UF, assim como a condições conjunturais e históricas que podem explicar as particularidades no relacionamento das áreas de concentração com o restante do território.

Há que se tornar claro o papel das políticas públicas no fortalecimento das ACPs principais, tanto em suas origens – elevados investimentos em infraestrutura para refinarias, portos, rodovias e equipamentos urbanos, e na implementação de políticas de industrialização, revigoradas pela inserção nas relações globais da economia –, quanto, mais recentemente, em intervenções urbanas fundamentalmente decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Mesmo com a notável importância das ACPs na concentração populacional e do PIB e na manutenção de seu crescimento, os demais municípios mantêm importância destacável neste conjunto regional. Ressalte-se que entre estes, muitos são parte do arranjo urbano-regional do Leste Catarinense ou de outros arranjos espaciais singulares, que configuram pequenas aglomerações, aglomerações descontínuas e eixos articulados, porém estabelecendo um volume intenso de fluxos pendulares da população e de mercadorias. Entre os municípios interioranos, que não integram ACPs ou unidades institucionalizadas, os que mais crescem reforçam as centralidades regionais classificadas pelo IBGE ou se distribuem pelas regiões nas quais a agropecuária demarca sua importância na composição do PIB regional, acenando para novas centralidades.

Como apontado na análise nacional, em qualquer dos recortes analisados, as mudanças nos volumes populacionais e as demandas para novas funções exigem políticas públicas adequadas para provisão de bens e serviços e para gestão compartilhada, seja no sentido do exercício das funções públicas de interesse comum, no caso das aglomerações, seja na capacitação e qualificação das estruturas administrativas dos demais municípios, para que deem suporte às transformações constatadas.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1908>. Acesso em: 25 abr. 2012.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.

IPARDES. **Os Vários Paranás**. Estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos Planos de Desenvolvimento Regional. Curitiba, 2005. (Mapas e tabelas anexos).

MOURA, R. (2009). **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Rosa_Moura_doutorado.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MOURA, R.; CINTRA, A. (2011). Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do Censo 2010. **Nota Técnica**, IPARDES, dez. 2011, 71p. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/NT_22_Primeiros_Resultados_Censo_2010.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_abook&view=book&catid=18%3Acolecacao-conjuntura-urbana&id=3%3Avolume-1-hierarquizacao-e-identificacao-dos-espacos-urbanos&Itemid=159&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SIEBERT, C. Arranjos institucionais e trajetória do planejamento territorial em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.119, p.131-161, 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/233>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

SILVA, E. T. da. Censo 2010: As Metrópoles na Dinâmica Demográfica. **Boletim Semanal**, n.174, fev. 2011. Disponível em: <www.observatoriodasmetrolopes.net>. Acesso em: 25 fev. 2011.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L.; RISCHBIETER, I. L. K.; LINDER, M. C.; VARGAS, D. B. O cavalo de Tróia e sua Barriga Verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.120, p.33-50, 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/345>>. Acesso em: 27 abr. 2012.